



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2025

(DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA À REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VIABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU, NOS TERMOS DO INCISO IV, DO ARTIGO 18, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Votuporanga, uma Comissão Especial destinada à realização de estudos técnicos, jurídicos e orçamentários visando à análise da viabilidade da criação e implementação da Polícia Municipal, promovendo a atualização da legislação vigente e a compatibilização normativa com os regramentos estadual e federal aplicáveis, após a realização de audiências públicas e reuniões deliberativas com representantes dos órgãos de segurança pública e demais entidades correlatas.

Art. 2º A Comissão Especial terá as seguintes atribuições:

I – realizar estudos técnicos, jurídicos e administrativos sobre a viabilidade da criação da Polícia Municipal, considerando sua estrutura organizacional, competências, modelo de funcionamento e integração com os demais órgãos de segurança pública atuantes no município;

II – promover audiências públicas e reuniões consultivas com representantes da sociedade civil, especialistas em segurança pública, membros dos órgãos municipais, estaduais e federais de segurança, bem como representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e demais instituições pertinentes, visando colher subsídios para a elaboração de relatório técnico conclusivo;

III – analisar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, indicando eventuais adequações normativas necessárias à regulamentação e ao funcionamento da Polícia Municipal, resguardando a harmonia com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018; e

IV – examinar a possibilidade de celebração de convênios, termos de cooperação e parcerias institucionais com entes da Administração Pública federal e estadual, em especial junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), bem como com demais organismos públicos e privados que possam contribuir técnica e financeiramente para a estruturação e operacionalização da nova força de segurança municipal.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 3º A Comissão Especial será composta de forma paritária, assegurando a representatividade do Poder Legislativo, da sociedade civil organizada e de entidades ligadas à segurança pública, nos seguintes termos:

I – 3 (três) vereadores, designados por ato da Presidência da Câmara Municipal, mediante indicação dos líderes de bancada, devendo ser escolhidos entre os membros desta Casa Legislativa, observando-se a seguinte composição:

- a) presidente;
- b) relator; e
- c) membro.

II – 3 (três) representantes da sociedade civil, escolhidos entre membros de organizações comunitárias, associações de bairro e entidades representativas com atuação na área da segurança pública; e

III – 3 (três) representantes de entidades ligadas à segurança pública e conselhos de segurança, incluindo membros do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), sindicatos e associações de profissionais da segurança pública, bem como especialistas ou pesquisadores da área.

§1º Os membros da sociedade civil e das entidades de segurança pública serão indicados por suas respectivas organizações e nomeados por ato da Presidência da Câmara Municipal, observados critérios de idoneidade e experiência na área.

§2º A Comissão poderá convidar, sem direito a voto, representantes do Ministério Público, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda Municipal e do Poder Executivo, visando fornecer subsídios técnicos para os trabalhos desenvolvidos.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, admitida prorrogação por igual período mediante deliberação do Plenário da Câmara Municipal.

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão Especial apresentará à Mesa Diretora relatório circunstanciado contendo:

- I – diagnóstico detalhado sobre a viabilidade da criação da Polícia Municipal;
- II – sugestões de aprimoramento legislativo e administrativo para sua efetiva implementação;
- III – recomendações quanto aos aspectos financeiros e operacionais necessários à sua estruturação; e
- IV – propostas para captação de recursos e formalização de convênios com entes públicos e privados.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo, se necessárias, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 10 de março de 2025.

DR. LEANDRO

AUTOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

A segurança pública configura-se como uma das funções essenciais do Estado, revestindo-se de caráter fundamental para a preservação da ordem social e do bem-estar coletivo. Diante do crescimento populacional e das crescentes demandas da sociedade por maior proteção, eficiência e celeridade na prevenção e repressão à criminalidade, revela-se imperiosa a realização de estudos sobre a viabilidade da criação da Polícia Municipal no município de Votuporanga.

A instituição desta Comissão Especial permitirá análise técnica e jurídica aprofundada, com vistas a identificar o modelo mais adequado para a estruturação desse novo órgão de segurança, garantindo harmonização normativa e operacional com as demais forças de segurança já atuantes na localidade, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal.

Ademais, o estudo conduzido pela Comissão Especial viabilizará a atualização do arcabouço normativo municipal, alinhando-o com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e promovendo integração estratégica entre os diferentes níveis da Administração Pública responsáveis pelo tema.

A participação da sociedade civil, de especialistas e de entidades representativas do setor será assegurada por meio de audiências públicas e reuniões deliberativas, garantindo transparência, legitimidade e caráter democrático ao processo de formulação da política pública de segurança municipal.

Outro ponto de relevante destaque refere-se à captação de recursos financeiros para a estruturação da Polícia Municipal, mediante convênios e parcerias com o Governo Federal e demais instituições públicas e privadas. A busca por fontes de financiamento, especialmente via Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), possibilitará investimentos essenciais em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal, assegurando que o novo órgão disponha de condições adequadas para o desempenho de suas atribuições institucionais.

Por fim, o prazo de 180 dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial proporcionará análise criteriosa e embasada, culminando na elaboração de relatório técnico e jurídico detalhado, que servirá de fundamento para futuras deliberações desta Casa Legislativa acerca da criação da Polícia Municipal de Votuporanga.

Diante da relevância social e jurídica da matéria, solicita-se o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Resolução, cuja implementação poderá representar um avanço significativo na estruturação da segurança pública municipal, em consonância com as demandas da população e com os preceitos constitucionais pertinentes.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.